



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1 A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) tem demonstrado um investimento contínuo na segurança e descarte adequado de documentos e informações sensíveis, por meio da aquisição de um significativo número de máquinas fragmentadoras de papel em diferentes períodos.

1.2 As aquisições realizadas pela Corporação incluem:

1.2.1 - 150 máquinas fragmentadoras de papel da marca Security, modelo RS-215-C, adquiridas em 17 de dezembro de 2013.

1.2.2 - 34 fragmentadoras da marca Multilaser, modelo OF0041, incorporadas ao patrimônio em 2020.

1.2.3 - 99 máquinas fragmentadoras de papel da marca Security, modelo CF-1317-220V, compradas no ano de 2022.

1.3 Ao longo desse período, alguns equipamentos se tornaram inservíveis e atualmente a PCDF mantém no acervo 273 máquinas fragmentadoras de papel ativas.

1.4 Após o término da garantia de fábrica, foi firmado contrato para manutenção corretiva dos equipamentos – processo SEI nº 00052-00002866/2019-31 - Contrato de Prestação de Serviços N.º 14/2021-PCDF. O referido contrato teve sua vigência prorrogada por quatro vezes e expirará em 12/02/2026, sem possibilidade de prorrogações.

1.5 Vale ressaltar que a aquisição de novas máquinas fragmentadoras traria um alto custo para a PCDF, uma vez que se trataria da reposição de 273 equipamentos. Outrossim, as máquinas fragmentadoras estão em uso nas unidades, necessitando apenas de manutenção.

1.6 Deste modo, faz-se necessário dar continuidade ao contrato de manutenção das máquinas fragmentadoras de papel existentes no acervo patrimonial da PCDF, a fim de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso e recolocar equipamentos defeituosos em condições de utilidade compreendendo, inclusive, as necessárias substituições de peças e componentes, ajustes e reparos, de acordo com manuais e normas técnicas específicas.

1.7 Diversos benefícios serão alcançados com a manutenção das máquinas fragmentadoras já existentes, especialmente por que a manutenção dos equipamentos se presta a diminuir o consumo desnecessário com a aquisição de equipamentos novos ou locação que, decerto, traria maiores custos financeiros e operacionais para a PCDF.

1.8 De igual modo, manter fragmentadoras ativas e em perfeitas condições de uso em todas as unidades da PCDF é primordial para evitar que informações importantes relativas à atividade policial sejam expostas, caso documentos que eventualmente precisem ser descartados não sejam fragmentados antes de irem para o lixo.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO E ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

2.1 A presente demanda está prevista no Plano Anual de Compras e Contratações da PCDF – PACC/2026, item 99 do Caderno de Custeio.

2.2 A contratação pretendida se alinha ao Plano Estratégico Institucional – Programa Avançar 2024-2027, da Polícia Civil do Distrito Federal, como parte dos seguintes objetivos:

Objetivo 1	Aprimorar a governança como foco na gestão por resultados
Objetivo 3	Aprimorar o uso da Tecnologia da Informação e Comunicação
Objetivo 4	Garantir a modernização institucional

3. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

3.1 Os seguintes resultados pretendem ser alcançados com a contratação:

3.1.1 Aumentar a segurança orgânica da PCDF, por meio da destruição de documentos que eventualmente contenham informações atinentes à atividade policial, antes do descarte;

3.1.2 Redução de custos com aquisição de novos equipamentos, uma vez que os equipamentos existentes no acervo possuem boas condições de uso;

3.1.3 Praticar o correto descarte de resíduos sólidos, atentando para as normas vigentes e para os compromissos firmados pela instituição;

3.1.4 Fomentar práticas de sustentabilidade ambiental, como a reciclagem.

4. IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

4.1 As opções identificadas como possíveis para a destruição de documentos antes do descarte seriam: compra de novas fragmentadoras; locação de equipamentos, com manutenção inclusa; contratação de empresa para serviço de manutenção das máquinas pertencentes ao patrimônio da PCDF.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

5.1 COMPRA DE NOVOS EQUIPAMENTOS

5.1.1 Analisando a hipótese de compra de novos equipamentos, entende-se ser opção inadequada, por apresentar onerosidade desnecessária, uma vez que os equipamentos adquiridos em 2020/2022 são relativamente novos, já que possuem menos de cinco anos de uso. Quanto aos equipamentos adquiridos em 2013, embora com maior tempo de vida, ainda apresentam boas condições de uso.

5.1.2 Apenas para demonstração de que aceitar tal opção ensejaria ferir o princípio da economicidade, foi realizada pesquisa de mercado, de fragmentadoras de papel semelhantes à marca Security, modelo CF-1317 tendo-se obtido um custo estimado de R\$3.139.500,00 (três milhões, cento e trinta e nove mil e quinhentos reais) para troca das 273 fragmentadoras de papel adquiridas pela PCDF nos anos de 2013 e 2022. Vejamos a demonstração na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	EMPRESA	PREÇO	MÉDIA	MEDIANA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
FRAGMENTADORA DE PAPEL	273	PREÇO PÚBLICO ^a	R\$10.778,00	R\$11.875,00	R\$11.500,00	R\$11.500,00	R\$3.139.500,00
		PREÇO PÚBLICO ^b	R\$12.860,00				
		PREÇO DE INTERNET ¹	R\$11.500,00 ¹				
		PREÇO DE INTERNET ²	R\$9.337,00 ²				
		PREÇO DE INTERNET ³	R\$ 14.900,00 ³				

OBS: Consultas de modelos com as mesmas configurações. Sites:

^a Doc. SEI (185680594)

^b Doc. SEI (185680308)

¹ <https://www.wsgbrasil.com.br> – Acesso em 14/10/2025.

² <https://www.rndistribuidora.com> – Acesso em 14/10/2025.

³ <https://www.escriptoriototal.com.br> – Acesso em 14/10/2025.

5.2 LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM MANUTENÇÃO INCLUSA

5.2.1 A segunda hipótese seria contratar serviços de locação de novos equipamentos, com manutenção já incluída no contrato, a exemplo das contratações de serviços de impressão.

5.2.2 Somente a título de exemplificação, foi encontrado Edital recente relativo ao Pregão Eletrônico nº 901052025 / UASG:981319 (185654496) que teve como vencedora a empresa, cujo valor mensal por locação e manutenção de um equipamento individual foi de R\$110,00 (cento e dez reais). Este preço, se aplicado à quantidade utilizada pela PCDF (273 fragmentadoras), resultaria no total anual de R\$30.030,00 (trinta mil e trinta reais).

5.2.3 Tal solução, contudo, tampouco demonstrou-se econômica e viável para a Administração Pública, por apresentar valor estimado bem superior ao despendido anualmente com o contrato de manutenção, conforme pode ser observado na Planilha (185687855) apresentada pela DOF.

5.3 MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES

5.3.1 O valor estimado para a manutenção das fragmentadoras já existentes perfaz um total anual de R\$92.484,85 (noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos). Este valor correspondente a aproximadamente 4% do valor estimado para a compra de novos equipamentos e 30% do valor para a locação e manutenção, considerando o valor de locação cotado no Pregão Eletrônico nº 901052025 / UASG:981319 (185654496).

5.3.2 Desse modo, entende-se que a melhor opção para suprir a necessidade da PCDF no que concerne à disponibilização de máquinas fragmentadoras de papel em todas as unidades é contratar empresa para manutenção dos equipamentos já existentes, nos mesmos moldes do contrato anterior, consubstanciado no processo 00052-00002866/2019-31.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

6.1 Considerando-se que a PCDF possui 273 equipamentos ativos, a solução mais econômica, que trouxe resultados satisfatórios e adequados na contratação anterior – Processo Sei 00052-00002866/2019-31, foi estabelecer quantidade de chamados de manutenção correspondente ao total de fragmentadoras existentes.

6.2 Em análise do processo anterior, verificou-se que o valor do contrato para o ano de 2020 foi de R\$ 59.199,80 (cento e noventa e nove reais e oitenta centavos), correspondente à 190 chamados. Este contrato foi prorrogado por meio de Termos Aditivos até o ano de 2025.

6.3 De acordo com a planilha de Ordens Bancárias apresentada pela DOF (185687855) referente ao último contrato de manutenção da fragmentadoras, os valores gastos anualmente pela PCDF com a manutenção das fragmentadoras são inferiores aos valores empenhados. Isto porque, o tipo de empenho é o estimativo, sendo os pagamentos realizados apenas quando o serviço é efetivado.

6.3.1 A título de conhecimento, em 2025 foram gastos, até o presente momento, R\$27.433,46 (vinte e sete mil, quatrocentos e trinta e três reais e quarenta e seis centavos). Em 2024, foi despendido R\$18.822,99 (dezoito mil, oitocentos e vinte e dois reais e noventa e nove centavos). Em 2023, R\$24.938,76 (vinte e quatro mil, novecentos e trinta e oito reais e setenta e seis centavos); 2022, R\$27.245,52 (vinte e sete

mil, duzentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos); 2021, R\$37.607,16 (trinta e sete mil, seiscentos e sete reais e dezesseis centavos. Não há dados sobre o ano de 2020. Por fim, em 2019, R\$13.751,41 (treze mil, setecentos e cinquenta e um reais e quarenta e um centavos. Verifica-se que os valores pagos nos últimos cinco anos pela PCDF com a manutenção das fragmentadoras totalizaram R\$ 149.809,30 (cento e quarenta e nove mil, oitocentos e nove reais e trinta centavos). Este total é significativamente inferior ao que seria gasto com compra de novos equipamento ou locação.

6.3.2 Deste modo, entende-se que o modelo escolhido para a contratação anterior se mostrou eficiente e econômico para atender a demanda da PCDF, na medida em que foi considerado a quantidade de máquinas ativas para estabelecer o quantitativo de chamados, sendo o pagamento efetivado somente após a realização do serviço, mediante o atesto do Executor do Contrato.

6.4 É importante ponderar que as máquinas sofreram desgastes com o passar do tempo, demandando manutenção mais frequente e troca de mais peças.

6.5 Sendo assim, em que pese ter havido uma diminuição no número de equipamentos para manutenção - atualmente são 273 equipamentos ativos, entende-se como razoável o incremento do número de chamados e quantidades de peças em relação ao contrato anterior em pelo menos 5%, a fim de cobrir a demanda imediata, sem comprometer o número de atendimentos destinados a corrigir as quebras futuras durante o período total de vigência do contrato.

6.6 A aplicação do percentual acima resultaria em 200 chamados, número que mantém uma margem de segurança para os atendimentos.

6.6.1 Por fim, insta salientar que a prevenção, como foco no princípio da eficiência é a justificativa para o aumento indicado, destacando-se que tal alteração não ensejaria qualquer tipo de prejuízo à Administração Pública, por tratar-se de contrato com empenho estimativo, cujo pagamento só será realizado caso o serviço precise ser efetivamente utilizado.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 A A presente demanda está prevista no Plano Anual de Compras e Contratações da PCDF – PACC/2026, item 99 do Caderno de Custeio.

7.2 A contratação ocorrerá com base nos termos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

7.3 A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente como seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.3.1 Efetuar as manutenções corretivas e reposição de peças, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.3.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.3.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, as peças com defeitos;

7.3.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.3.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7.3.7 A empresa escolhida, representante exclusiva, deverá observar o que determina a Lei Distrital de nº 5.061/2013 que proíbe a contratação de mão de obra infantil, sob pena de rescisão do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo de sanções legais cabíveis.

7.4 Da sustentabilidade

7.4.1 A contratada deve observar, no que couber, o disposto, na Lei Distrital nº 4.770/2012, no Decreto Distrital nº 44.330/2023, e no Plano de Logística Sustentável da PCDF – PLS/PCDF. A contratada também pode adotar outros critérios que garantam a sustentabilidade.

7.5 Da segregação de funções

7.5.1 Foram observados os termos do § 1º do art. 7º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.6 Da participação de ME/EPP e reservas de cotas

7.6.1 Será dado o tratamento diferenciado às empresas de pequeno porte e às microempresas com base no art. 47, da Lei nº 123/2006.

7.7 Dos critérios de habilitação técnica

7.7.1 Serão adotados os critérios definidos na minuta padrão aprovada pelo Parecer Referencial nº 44/2023-PGDF/PGCONS.

7.7.2 Em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

7.8 Dos critérios de habilitação econômico-financeira

7.8.1 Serão adotados os critérios definidos na minuta padrão aprovada pelo Parecer Referencial nº 59/2024-PGDF/PGCONS.

7.8.2 Em conformidade com o art. 69 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.9 Do acesso à informação

7.9.1 A pretensa aquisição será norteadada pelo princípio da publicidade conforme Lei Distrital nº 4.990/2012, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelo Distrito Federal, visando a garantir o acesso a informações previsto no art. 5º, XXXIII, no art. 37, §3º, II, e no art. 216, § 2º, da Constituição Federal, no art. 22, I e II, da Lei Orgânica do Distrito Federal e em conformidade com a Lei Federal nº 12.527/2011 e Decreto Distrital nº 34.276/2013, que regulamenta a Lei Distrital nº 4.990/2012.

7.9.2 Não há vedação de acesso às informações.

7.10 Da amostra

7.10.1. Não se aplica

7.11 Da garantia da contratação

7.11.1 A contratada deverá oferecer garantia mínima de 90 (noventa) dias para os serviços e para as peças, no mínimo igual à do fabricante; devendo, ainda, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, pelo prazo mínimo da vigência do contrato e por até 90 (noventa) dias após o encerramento do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

7.12 Da participação de cooperativas e consórcios

7.12.1 Não serão admitidos a participação de cooperativas e consórcios, em razão da não possibilidade de fracionamento do objeto, que não é complexo e tampouco de grande vulto, e dadas às características específicas da contratação dos produtos a serem fornecidos, uma vez que não pressupõem multiplicidade de atividades empresariais distintas (heterogeneidade de atividades empresariais) para o fornecimento do objeto deste estudo.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

8.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1.1. Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a recolocar o equipamento defeituoso em perfeita condição de uso compreendendo inclusive a substituição de peças, acessórios e componentes, ajustes, reparos e calibrações – de acordo com normas técnicas e manuais específicos, limpeza e aspiração do equipamento.

8.1.2. As peças que apresentarem defeito deverão ser substituídos por materiais novos e originais, mediante aceite do executor do contrato na Ordem de Serviço (OS). Posteriormente, a empresa emitirá nota fiscal com a descrição da peça e a encaminhará para o Executor do Contrato efetuar o atesto, a fim de efetuar a quitação pela PCDF.

8.1.3. A manutenção corretiva será realizada no equipamento quando apresentar defeitos, mediante abertura de chamado técnico por parte da contratante, com a finalidade de recolocá-lo em perfeitas condições de uso, em conformidade com o estabelecido em contrato e pelos manuais e normas técnicas específicas.

8.1.4. O atendimento ocorrerá no horário de expediente da PCDF.

8.1.5. A licitante vencedora contratada não poderá subcontratar os serviços.

8.1.6. As peças e componentes necessários à prestação dos serviços bem como, todo material de consumo/suprimentos utilizado na manutenção corretiva serão fornecidos pela contratada, e passarão a ser de propriedade da contratante.

8.1.7. Todos os componentes e peças de reposição substituída deverão ser novos e do mesmo fabricante do item original.

8.1.8. Poderão ser utilizados componentes de fabricantes diversos do original quando este não mais atuar no mercado ou quando não mais disponibilizar o componente original ou produto substituto, devendo, contudo, ser observadas rigorosamente as especificações técnicas do componente substituído.

8.1.9. A recuperação de componentes danificados será aceita quando economicamente favorável em relação à substituição por novo e deverá ser efetuada em oficina especializada.

8.1.10. O atendimento técnico para os serviços de manutenção corretiva dar-se-á no local onde se encontra o equipamento.

8.1.11. As manutenções corretivas serão realizadas em quantas visitas se fizerem necessárias.

8.1.12. No caso de a contratada comprovar que a não substituição das peças no prazo determinado está relacionada a questões externas, alheias a sua vontade (como greve da Receita Federal, falta de insumo para fabricação da peça entre outros), poderá ser emitido parecer pelo Executor do Contrato acerca da solicitação de prorrogação do prazo.

8.1.13. Durante o período em que estiverem sendo realizados os serviços de manutenção corretiva, a contratada assume inteira responsabilidade pelos danos causados às fragmentadoras objeto deste termo de referência, decorrentes do dolo ou culpa de seus empregados.

8.1.14. O descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos, bem como a não apresentação de comprovação de procedência do material utilizado (quando solicitada) acarretará em aplicação de multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho, de acordo com os percentuais estabelecidos no edital, com base na legislação vigente.

8.1.15. Por ocasião da execução dos serviços, a contratada deverá ter ferramentas e pessoal técnico adequados para realização das manutenções nos prazos estabelecidos neste termo de referência.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 Para estimar o valor, considerou-se os valores de mercado conforme quatro propostas. As propostas seguem anexo ao presente ETP (Docs. 186838199, 186838462, 186838674 e 186838914).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (\$)	TOTAL ESTIMADO (\$)
SERVIÇO						
1	Serviço de Manutenção	5991	UN.	200	250,72	R\$50.144,00
PEÇAS						
2	Motor Elétrico	405981	UN.	10	407,45	4.074,50
3	Visor Indicador	405981	UN.	5	225,00	1.125,00
4	Rolamentos	405981	UN.	30	159,00	4.770,00
	Engrenagens	405981	UN.	30	212,50	6.375,00

5	Conjunto de Disco de Corte	405981	UN.	15	262,00	3.930,00
6	Sensores	405981	UN.	15	189,05	2.835,75
7	Chave Liga/Desliga	405981	UN.	10	97,55	975,50
8	Placa Principal	405981	UN.	10	262,35	2.623,50
9	Placa do Teclado	405981	UN.	10	241,00	2.410,00
10	Rodinhas	405981	UN.	30	75,47	2.174,10
11	Separadores do Disco de Corte	405981	UN.	50	143,70	7.185,00
12	Chave de Microswitch	405981	UN.	50	77,25	3.862,50
VALOR TOTAL DAS PEÇAS						R\$42.340,85
VALOR TOTAL PEÇAS E SERVIÇOS						R\$92.484,85

9.1.1 O valor estimado máximo da presente contratação será de R\$92.484,85 (noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1 Em que pese a regra para as aquisições pela Administração Pública ser o parcelamento do objeto, para o caso em tela é importante destacar que a possibilidade de se contratar empresas distintas para a execução de serviços e fornecimento das peças gera risco de perda de garantia e consequente prejuízo financeiro, representando perda da economia de escala.

10.2 Ademais, considerando que o fornecimento de peças se revela praticamente como acessório para a execução dos serviços, a possibilidade de que uma empresa seja impedida de cumprir suas obrigações contratuais por inadimplemento da outra geraria grande dificuldade na gestão do contrato.

10.3 Desse modo, entende-se que o não parcelamento do objeto é a melhor alternativa para a pretendida contratação.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

11.1 Verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa vencedora, conforme os requisitos previstos nos arts. 68 a 70 da Lei nº 14.133/2021, mediante consultas aos sistemas SICAF, CEIS, CNJ e STC/GDF.

11.2 Confirmação da disponibilidade orçamentária e da devida reserva de dotação no Plano Anual de Compras e Contratações da PCDF (PACC 2026), conforme item 99 do Caderno de Custeio.

11.3 Designação formal do fiscal e gestor do contrato, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com atribuições específicas de acompanhamento, controle e atesto do recebimento provisório e definitivo da prestação de serviços com a reposição de novas peças.

11.4 Comprovação da regularidade técnica e de conformidade ambiental do fornecedor, observando os critérios de sustentabilidade estabelecidos na Lei Distrital nº 4.770/2012, especialmente quanto ao uso racional de recursos e descarte de materiais.

11.5 Verificação da conformidade do objeto com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e no edital correspondente, assegurando que o serviço fornecido atenda integralmente às condições estabelecidas.

11.6 Aprovação formal da minuta contratual pela assessoria jurídica competente, conforme art. 53 da Lei nº 14.133/2021, garantindo o controle prévio de legalidade do instrumento contratual.

11.7 Essas providências visam garantir a segurança jurídica, a conformidade legal e a vantajosidade da contratação, alinhando-se aos princípios da planejamento, transparência, eficiência e sustentabilidade previstos na legislação vigente e nas orientações do TCU.

12 CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO QUANTO AO MODELO DE EXECUÇÃO

12.1 Conforme art. 6º, inciso XV da Lei 14.133/2021, a contratação de serviços de manutenção corretiva de fragmentadoras de papel, incluindo o fornecimento e a substituição de peças, insumos e componentes, para fins de enquadramento legal é considerado serviço continuado.

12.2 O serviço de manutenção de fragmentadoras de papel se enquadra na categoria de contínuo pelos seguintes aspectos:

12.2.1 Necessidade permanente e ininterrupta: As fragmentadoras de papel são equipamentos essenciais e de uso diário na rotina administrativa do órgão, sendo cruciais para a descaracterização segura e sigilosa de documentos que contenham dados pessoais, informações sigilosas ou estratégicas, em estrita observância à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

12.2.2 Risco de comprometimento da atividade: A paralisação das fragmentadoras, por falta de manutenção corretiva ágil, impede o descarte adequado e tempestivo dos documentos, gerando acúmulo de papéis sensíveis e elevando o risco de vazamento de informações e descumprimento legal. A interrupção deste serviço, portanto, compromete a continuidade da atividade de gestão de documentos e segurança da informação da Administração.

12.2.3 Natureza rotineira e prolongada: A manutenção dos equipamentos não se trata de uma demanda pontual, mas de uma necessidade rotineira e prolongada. A manutenção corretiva (para reparos urgentes em caso de defeito) são exigidas de forma constante e imprevisível ao longo do tempo.

12.2.4 Vantagem na prorrogação: A contratação contínua permite o estabelecimento de um vínculo contratual de maior duração (até 5 anos, prorrogáveis por até 10 anos, conforme Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, a depender da regulamentação), o que propicia:

12.3 Economia de escala: Maior competitividade e melhores condições de preço nas propostas, devido à garantia de receita para a contratada por um período mais longo.

12.4 Conhecimento técnico aprofundado: A empresa contratada adquire familiaridade com o parque de equipamentos da Administração, otimizando o diagnóstico e a execução dos reparos.

12.5 Redução de custos processuais: Diminuição da necessidade de realizar novos processos licitatórios anualmente, reduzindo os custos operacionais e o tempo de planejamento da Administração.

12.6 Com base nos fundamentos apresentados, e em conformidade com o Art. 6º, XV, e Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, a contratação dos serviços de manutenção de fragmentadoras de papel deve ser classificada como serviço contínuo, sendo o regime de contratação mais vantajoso, eficiente e seguro para a Administração Pública, garantindo a adequada gestão da informação e o cumprimento das normas de segurança e sigilo.

12.7 Sendo assim, o presente contrato poderá ser prorrogado, na forma da lei, caso a autoridade competente entenda ser juridicamente possível, em razão de sua natureza, haja vista seu caráter continuado e essencial ao bom andamento do serviço prestado pelas unidades policiais.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

13.1 Não haverá subcontratação. Não há processo correlato em andamento ou interdependente a este objeto.

14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

14.1 Em observância ao requisito da sustentabilidade, a contratação em questão se alinha ao Plano de Logística Sustentável da Polícia Civil do Distrito Federal / PLS 2025 - 2027, Eixo 04 – Compras públicas sustentáveis, na medida em que se utiliza do critério de contratação – manutenção de equipamentos já existentes, buscando contribuir com a economia nos gastos públicos e redução dos impactos ambientais e promoção do desenvolvimento sustentável.

14.2 O descarte de papéis já triturados facilita o trabalho de empresas de reciclagem. Desse modo, produz-se o aprimoramento da PCDF no quesito sustentabilidade ambiental, dando margem até mesmo a possíveis acordos de doação a cooperativas ou outras entidades voltadas à reciclagem.

14.3 Assim a contratação não gera impactos ao meio ambiente.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

15.1 Considerando que o valor estimado para o serviço de manutenção das máquinas fragmentadoras de papel foi resultado de ampla pesquisa de mercado, tendo se mostrado vantajoso em relação a outras opções existentes, conclui-se pela viabilidade da contratação, a fim de suprir a necessidade da Polícia Civil do Distrito Federal.

16. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP

IDENTIFICAÇÃO DO INTEGRANTE REQUISITANTE			
Integrante:	Mônica Assis da Costa	Matrícula:	235.242-7
Cargo:	Agente de Polícia	Lotação:	SEPAT/DRM
E-mail:	monica.costa@pcdf.df.gov.br	Telefone:	(61) 3207-5666
Mônica Assis da Costa 235.242.7 Agente de Polícia SEPAT/DRM/DAG			
IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE TÉCNICO			
Integrante:	Jovani Estevam de Lima Carlos	Matrícula:	57.575-5
Cargo:	Agente de Polícia	Lotação:	SEPAT/DRM/DAG
E-mail do:	jovani.lima@pcdf.df.gov.br	Telefone:	(61) 3207-5626
Jovani Estevam de Lima Carlos 57.575-5 Agente de Polícia Chefe da SEPAT/DRM			
IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE ADMINISTRATIVO			
Integrante:	Gabriella Cruvinel Carmona Dutra	Matrícula:	78.153-3
Cargo:	Agente de Polícia	Lotação:	DRM
E-mail:	gabriella.carmona@pcdf.df.gov.br	Telefone:	(61) 3207-5630

Gabriella Cruvinel Carmona Dutra

78.153-3

Agente de Polícia

Diretora da DRM



Documento assinado eletronicamente por **MÔNICA ASSIS DA COSTA - Matr.0235242-7, Agente de Polícia Civil**, em 10/04/2026, às 17:27, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOVANI ESTEVAM DE LIMA CARLOS - Matr.0057575-5, Chefe da Seção de Patrimônio**, em 10/04/2026, às 17:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELLA CRUVINEL CARMONA DUTRA - Matr.0078153-3, Diretor(a) da Divisão de Recursos Materiais**, em 10/04/2026, às 17:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **197216573** código CRC= **5103C6EC**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SGON - Quadra 05, Lote 2/7 - Bairro BRASILIA - CEP 70610-650 - DF

Telefone(s): (61) 3207-5677

Sítio - www.pcdf.df.gov.br